AOS REFORMADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

INTER–REFORMADOS/CGTP-IN

A Inter-Reformados/CGTP-IN propõe-vos a urgente desmontagem do discurso eleitoralista deste governo PSD/CDS no momento da discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 2015. Vamos analisar o conteúdo deste Orçamento de Estado:

Marcha NACIONAL

Data, hora e local

Continua a aposta na política de empobrecimento generalizado do povo e do país com fortes impactos negativos na despesa social, no agravamento da pobreza e das desigualdades. Mantém-se a política de exploração.

Participe!

Em concreto:

Mantêm o congelamento de todas as pensões de reforma com excepção das pensões mínimas até 256,79€ que sofrem um aumento humilhante de 1% (cerca de 8 cêntimos por dia).

No IRS, tentam criar um quociente familiar, ou seja, acrescenta-se 0,3 por cada ascendente ou dependente e pretendem instituir deduções fixas. Lembramos que as deduções à colecta sofrerão alterações com a diminuição dos limites. Por outro, relembrar que 62% das famílias não pagam IRS, porque não auferem rendimentos para o fazer. Acresce que de acordo com os dados disponíveis, apenas 21% das famílias tem 4 ou mais pessoas no seu agregado familiar.

Mantém-se a sobretaxa de IRS de 3,5% nas pensões. A baixa virtual da sobretaxa do IRS contrasta com a baixa efectiva e sem condicionalismos do IRC, cuja taxa passa de 23% para 21% (já em 2014 havia sido reduzida em 2 p.p.).

Por decisão do Tribunal Constitucional, a CES, actualmente aplicável às pensões acima de 1000€, acaba mas "as pensões, subvenções e outras prestações pecuniárias de idêntica natureza, pagas a um único titular, são sujeitas a uma contribuição extraordinária de solidariedade, nos seguintes termos: o corte de 15% será aplicado a pensões a partir de 4.611,42 euros e até 7.126,74 euros. A partir deste valor, o corte a aplicar será de 40%", podendo atingir também as pensões dos fundos privados.

Quanto à ADSE, o Estado vai deixar de pagar o seu encargo de 1,25%, mas os beneficiários mantêm o desconto de 3,5%, suportando eles o financiamento deste subsistema de saúde!!!

Continua o pagamento do Subsídio de Natal em regime duodecimal.

Mantém-se o valor das taxas moderadoras do SNS em 2014, ao invés da sua revogação.

NOV 2014

Por uma política de esquerda e soberana

Participe!

A luta continua e é de todos

INTER–REFORMADOS/CGTP-IN

Já quanto à fiscalidade verde apresentada como medida determinante da protecção do ambiente o que se verifica é que o seu grande objectivo visa obter mais receita fiscal.

A introdução da tributação sobre o carbono determinará o aumento do preço dos combustíveis em cerca de 3% e o aumento do Gás Natural doméstico em mais de 4%. A tributação sobre o carbono irá também afectar o preço da electricidade, pelo que é correcto afirmar que se assistirá a um aumento generalizado do custo dos bens e serviços fundamentais. A revisão da Taxa de Gestão de Resíduos e da Taxa de Recursos Hídricos determinará de igual forma o aumento da despesa das famílias na factura da água e resíduos, a que se acrescenta o imposto sobre os sacos de plástico.

O governo delapida o património público pretendendo concluir a alienação da Caixa Seguros e da EGF, lançar a privatização da TAP ainda este ano, iniciar a concessão da exploração dos STCP, Metro Porto, da Carris e do Metropolitano de Lisboa e proceder a novas privatizações em 2015, nelas incluindo a CP Carga e a EMEF. Em muitas destas situações estamos perante uma nova versão das PPP, com o Estado a ficar com a dívida, a iniciativa privada a assegurar os lucros e os utentes a pagar mais pelos serviços prestados.

O O.E./2015 preconiza, a suspensão do pagamento de todos os complementos de pensão atribuídos por empresas do sector público empresarial que apresentem resultados líquidos negativos nos 3 últimos anos, quer aos futuros quer aos actuais beneficiários destes complementos.

Os complementos às pensoes atribuídas pelos sistemas de segurança social de enquadramento obrigatório são benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores, criados e regulados por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho e no que diz respeito aos trabalhadores que já beneficiam dos complementos de pensão, a destruição da garantia que uma convenção colectiva disponibiliza representa também uma lesão particularmente grave da confiança legitimamente depositada na aplicação do regime acordado».

No domínio da segurança social, destaca-se a quebra da despesa prevista na generalidade das prestações, incluindo as pensões, as prestações de desemprego, o abono de família, o rendimento social de inserção e o Complemento Solidário para Idosos. Esta situação que atinge cerca de 1 milhão de pessoas é tanto mais inadmissível quando é assumido por um Governo que recentemente transferiu 29 milhões de euros da Segurança Social para financiar as empresas no aumento do SMN.

Os valores de Abril no futuro de Portugal

A política do Governo PSD/CDS que condena a população portuguesa ao empobrecimento, como se confirma pela proposta de Orçamento de Estado para 2015, tem de ser travada. A demissão imediata do Governo é, assim, cada vez mais necessária e urgente, e só uma política de esquerda e soberana poderá garantir mais e melhor emprego, a melhoria das condições de vida da população portuguesa, a reposição de direitos sociais e laborais, a justiça fiscal e o crescimento económico.

OS REFORMADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Exigem:

- O AUMENTO ANUAL DE TODAS AS PENSÕES DE REFORMA
- A DEVOLUÇÃO DE TODOS OS MONTANTES ROUBADOS ÀS PENSÕES DESDE 2011
- REVOGAÇÃO DAS TAXAS MODERADORAS NO SNS
- MELHORES CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS E CONTINUADOS
- REPOSIÇÃO DO VALOR DE 50% NOS PASSES SOCIAIS